

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 005/2020

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, realizada no dia 05 de maio de 2020, via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados e o Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire. Iniciando a assembleia em segunda chamada as 09h00, Sr. Rodrigo Salvador Lachi, presidente do CMAS, deseja um bom dia a todos e inicia sua fala explicando os motivos da mesma estar ocorrendo de forma virtual, tendo em vista a pandemia vivenciada ocorrida pelo COVID-19. Dando sequência, Sr. Rodrigo pede que a Secretaria Executiva faça a chamada nominal dos conselheiros para registro de presença e passa-se a pauta do dia. **1. Apreciação e Deliberação do Plano de Aplicação Financeira do IGD-M:** Sr. Rodrigo explica sobre o Índice de Gestão Descentralizada – IGD e a forma de alcance do índice municipal. Aponta o papel do conselho no controle social, assim como o compete de cada Órgão Gestor que compõe o índice. Registra a presença da coordenadora da comissão da Instância de Controle Social, a conselheira Hagnis e lembra que a SEDS colocou a disposição computadores para garantir a presença dos conselheiros que representam o segmento dos usuários. Lembra das questões que afetaram as reuniões da comissão, como as chuvas no início do mês de março e logo depois a pandemia a qual vivenciamos. Informa que a SEDS e a Saúde fizeram suas propostas de aplicação do recurso. Lembra que o recurso é finito e acredita que a Saúde pode ter feito algumas alterações após a análise feita pela Secretaria Executiva no plano apresentado. Passa a palavra para a Sra. Tarciana que relata que a utilização do recurso do IGD é uma questão nova para a Saúde. Discutiram enquanto equipe e acataram o parecer exarado quanto aos itens não passíveis de realização, contudo pleiteia que os itens aptos sejam aprovados. Sr. Rodrigo fala que todos sabem que a Saúde tem uma demanda universal, contudo o recurso do IGD são para ações focadas nos beneficiários do Programa Bolsa Família. Lembra também que para este exercício a SEDUC não fez nenhuma solicitação de utilização do recurso, mas a mesma já foi beneficiada em anos anteriores. Passa a fazer a apresentação do Plano de Aplicação da SEDS, explicando os itens solicitados, tais como manutenção das unidades que atendem beneficiários do Programa Bolsa Família e que fazem a Gestão do Cadastro Único do Governo Federal, assim como insumos para estas unidades. Sra. Magali esclarece que a gestão do cadastro está descentralizada nos CRAS. Aponta que desde 2017 a Caixa Econômica Federal modificou a forma de acesso ao CADUNICO, dificultando o acesso, fazendo com que os servidores utilizem seus celulares particular para exercer o seu trabalho. Isso justifica a aquisição de aparelhos de celulares e tablete, assim como o pagamento de plano de internet para as unidades. Sra. Marilda questiona porque o CENTRO-POP não aparece como unidade beneficiada? Sr. Rodrigo aponta que é uma indicação pertinente que o CMAS pode considerar. Sra. Aurora aponta que foi uma boa apresentação, contudo questiona sobre a Portaria N.º 63, de 30 de abril de 2020 – SNAS, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e

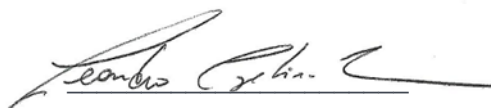
36 estruturação da rede, se essa questão seria aprovada nesta AGE? Sr. Rodrigo explica que trata-se
37 de coisas distintas. Uma coisa é o Termo de Aceite informado pela portaria referida, outra questão é
38 a utilização dos recursos do IGD-SUAS, cuja aplicação é de prerrogativa do Órgão Gestor. Aqui
39 estamos discutindo os recursos do IGD-M. Faz uma breve explicação do Termo de Aceite, que deverá
40 ser pauta da próxima AGE. Sra. Marilda retoma a questão e pede a inclusão do serviço do CENTRO-
41 POP no plano de aplicação do IGD da SEDS. Sr. Rodrigo reafirma que o CMAS fará essa
42 recomendação. Sra. Magali esclarece que a aplicação do recurso é para a gestão do cadastro e não
43 para o serviço como um todo. Sra. Rodrigo informa que o total planejado ultrapassa a previsão do
44 recebimento do recurso, sendo assim sugere pensar em prioridades para aplicação no decorrer do
45 ano. Sra. Magali esclarece que o momento pede agilidade, por isso a deliberação nesta AGE, mas
46 que o correto seria discutir na comissão. As prioridades devem ser discutidas e analisadas na
47 Instância de Controle Social com posterior definição na AGE. Sra. Tarciana lembra que enquanto
48 comissão, foi apresentado o plano, mas não se discutiu o mesmo de forma integral. A AGE foi
49 chamada para aprovação do plano de aplicação, mas temos que tomar cuidado para o trabalho da
50 comissão não ser perdido. Sr. Rodrigo propõe que seja definida as diretrizes para a aplicação e
51 utilização do recurso do IGD, tais como: inclusão do serviço CENTRO-POP; Novas estratégias para
52 combate ao COVID-19. Sra. Hagnis aponta que tem dúvidas em relação ao número de famílias
53 inseridas no CADUNICO e de novos beneficiários do Programa Bolsa Família. Sr. Rodrigo faz as
54 devidas explicações sobre a inclusão no Programa e as dificuldades enfrentadas. Retoma a discussão
55 sobre a questão da proposta do Plano de Aplicação dos recursos do IGD. Temos que definir as
56 diretrizes e agendar reunião da comissão para dar andamento da discussão, sugerindo assim a data
57 de 15 de maio às 09h. Sra. Lucileia questiona sobre a Política de Segurança Alimentar, sabe que
58 estão sendo entregues cestas básicas nos CRAS e pela SEDUC, como isso dará continuidade? Sr.
59 Rodrigo explica sobre a prioridade da SEDUC, inicialmente em entregar cestas as famílias
60 beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo agora já ampliada para todos os alunos. Na SEDS,
61 baseia-se pela Resolução dos benefícios eventuais, mas já se registrou o aumento no número de
62 cestas básicas distribuídas. Foi utilizado como critério as famílias que estariam aguardando a inserção
63 como beneficiárias no Programa Bolsa Família. Pode ter havido sobreposição de entrega de cestas,
64 mas está sendo feito o acompanhamento pelas duas secretarias. Sra. Hagnis questiona se não seria
65 o caso do município ter uma política de segurança alimentar, uma vez que o número de cestas pode
66 ser insuficiente para algumas famílias? Sr. Rodrigo concorda, uma vez que trata-se até de proposta
67 de conferência, sendo assim sugere o encaminhamento de ofício ao Sr. Prefeito com o
68 questionamento. Todos concordam. Sra. Magali sugere que seja recomendada a implantação da
69 política de segurança alimentar. Sr. Rodrigo retoma a discussão para aprovação do plano de
70 aplicação do IGD com as considerações discutidas, e o mesmo é aprovado por todos. Passa-se para
71 o próximo item de pauta. **2. Discussão sobre a Carta Aberta elaborada pelo GT – POP RUA:** Sr.
72 Rodrigo passa a palavra para a Sra. Marilda que está representando a coordenadora do GT e esta
73 faz a leitura da carta, explicando sobre a construção da mesma. Informa que foi desmembrada para
74 a Saúde e para a SEDS. Registra que há informações de mortes de pessoas em situação de rua com
75 COVID-19, mas não vê registros oficiais sobre essa questão. Sr. Rui informa que participa de grupo
76 de extensão na UNIFESP, e lá teve a informação de caso positivo de COVID-19, informação essa
77 trazida pela assistente social Luciana, do Serviço Consultório na Rua, onde está solicitou a articulação

com a SEDS para busca ativa, sendo assim gostaria de saber sobre o encaminhamento. Sr. Angelo aponta que a situação apresentada é um fato. Está faltando empenho da gestão pública na área do mercado municipal. Há pessoas de outros municípios que não estão conseguindo acesso a serviços. Sra. Marilda informa que as equipes estão atuando, o telefone 0800 está funcionando. A todo momento estamos na região do mercado municipal, ofertando nossa assistência. Há muitas desistências na aceitação do acolhimento. Não tem conhecimento sobre o caso apresentado pelo Sr. Rui, solicita que a informação seja compartilhada com o Movimento Municipal de Pessoas em Situação de Rua. Sra. Nayara dialoga com as falas do Sr. Angelo e da Sra. Marilda. São importantes para a reflexão quanto ao ponto da carta que fala sobre o número de servidores. A equipe de abordagem social também teve redução do seu quadro de servidores, temos apenas 1 (hum) veículo atuando no momento. Outra questão é sobre o Auxílio Emergencial. Conversando com as pessoas nas ruas, esta questão é uma demanda deles. As pessoas não lembram se estão inseridas no CADUNICO ou mesmo perderam seus documentos. Ou mesmo pessoas que não tem CADUNICO e nem celular para acessar o aplicativo da Caixa para efetuar a solicitação do auxílio. Há recomendação do CFSS a articulação com a Defensoria Pública, para que esta faça a articulação com a Caixa Econômica Federal. Sr. Rodrigo explica sobre a forma de acesso ao auxílio emergencial, tanto para quem tem CADUNICO, quanto para quem não tem. O CMAS não tem muito o que fazer no momento, tendo em vista a legislação que está em vigência sobre o acesso ao auxílio. Podemos fazer consulta à Defensoria, pois não é uma questão de operacionalização do Órgão Gestor. Sra. Nayara informa que no momento não há servidores no CENTRO-POP que possam acessar o CADUNICO para auxiliar os usuários. Sr. Rodrigo retoma sobre a questão da carta. Informa que houve readequação do texto após a última reunião e não havendo mais questões, pode-se encaminhar a SEDS e questiona se haverá continuidade do GT. Sra. Aurora lembra que o FORTSUAS encaminhou ofício à SEDS com cópia ao CMAS com questionamentos discutidos no GT e estamos aguardando a resposta. Sobre o a continuidade do GT aponta que é pertinente a continuidade, uma vez que as ações não pararam. Não recebemos o Plano de Trabalho do novo abrigo que precisa ser enviado ao CMAS, para que seja explicado como o mesmo irá funcionar. Sra. Marilda gostaria de ratificar que o GT deve continuar, até para fortalecer a construção de um comitê de população em situação de rua. Podemos espaçar mais as reuniões. Sr. Angelo questiona se é possível fazer o cadastro do auxílio emergencial para várias pessoas com o mesmo celular? Sr. Rodrigo informa que não é possível. Mas há informações do Ministério da Cidadania sobre o acesso por outras formas, como o número 111. Sra. Leticia informa que esse número funciona só para dúvidas e não cadastro. Sr. Rodrigo coloca para deliberação o envio da carta a SEDS. Sr. Angelo questiona sobre a entrevista que o Sr. Secretário Carlos Mota deu hoje na TV sobre a vinda de recursos para o município para o combate a COVID-19? Sr. Rodrigo informa que não tem conhecimento da entrevista, mas sobre os recursos disponíveis a SEDS tem aplicado dentro do seu âmbito de atuação. Sra. Hagnis questiona sobre o fornecimento de Kit Higiene para as famílias. Sr. Rodrigo informa sobre a publicação da Resolução Normativa que autoriza o fornecimento desses insumos as famílias, cabendo agora a organização da SEDS na operacionalização da mesma. Não tendo mais questionamento é aprovado o envio da carta à SEDS por meio de ofício do CMAS. Passa-se ao próximo item de pauta. **3. Informes do CMAS:** Sr. Rodrigo, relata que já foram passadas as informações durante os assuntos aqui discutidos. **4. Informes do Gestor:** Sr. Rodrigo relata que já foram passadas as informações durante os assuntos

120 aqui discutidos. **5. Assuntos Gerais:** Sra. Nayara informa sobre o jornal “Vozes na Rua”, que diante
121 da pandemia, estão trabalhando com a emissão do boletins quinzenais e estes são disponibilizados
122 nas redes sociais. Haverá dia 06 de maio a primeira live do jornal. Sra. Aurora reforça a apresentação
123 pela SEDS de um Plano de Contingência de Assistência Social e apresentado ao CMAS e sugere a
124 próxima reunião do GT para o dia 08 de maio às 14h. Sra. Lucileia lembra da tragédia ocorrida dia 20
125 de março na região da Zona Noroeste. Os CRAS cadastraram as famílias e encaminharam as famílias
126 para abrigos municipais. Há uma questão sobre o acesso à documentação para acesos ao auxílio
127 moradia da COHAB ou mesmo acesso a benefícios, pois muitas perderam seus documentos. Sr.
128 Rodrigo explica que enquanto SEDS houve a liberação de declaração para que as famílias pudessem
129 sacar seus benefícios. Com a negativa da oferta de acolhimento, a demanda quanto à habitação
130 permanece, sendo uma questão para a COHAB que gerencia essa política. Verificaremos junto a
131 COHAB sobre os encaminhamentos. Sra. Tarciana pede que se registre em ata que as
132 condicionalidades da Saúde não serão obrigatórias neste período, mas aquelas que estão indo as
133 unidades está sendo feito o acompanhamento e o registro no sistema. Sr. Angelo informa sobre a
134 assembleia do COMAD que ocorrerá dia 11 de maio. Não tendo mais assuntos a tratar, Sr. Rodrigo
135 declara finalizada a Assembleia Geral Ordinária, às 11h40. Eu, Leandro Lapetina Freire lavrei a
136 presente ata.

137 

138
139 Rodrigo Salvador Lachi
140 Presidente

137 

138
139 Leandro Lapetina Freire
140 Secretário Executivo – CMAS